



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 93/X/4.ª

Aos treze dias do mês de Maio do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 92;
2. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 693/X (BE)** - "Procede à criação de benefícios adicionais de saúde para os pensionistas, desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)" - Deputada autora do parecer: Isabel Santos (PS);
3. Apreciação do Parecer sobre "**A Participação de Portugal na União Europeia em 2008**" - Deputada autora do parecer: Isabel Santos (PS);
4. Apreciação do Relatório Final da **Petição n.º 397/X/3.ª** - "Assédio Moral sobre a Peticionante, docente na Escola Superior de Comunicação Social" - Deputado Relator: Jorge Machado (PCP);
5. Apreciação do Relatório Final da **Petição n.º 550/X/4.ª** - "Incumprimento da convenção sobre segurança social entre a República Portuguesa e a República Venezuelana assinada em 21 de Julho de 1989, no que diz respeito ao pagamento de pensão de velhice com referência aos descontos efectuados para o *Instituto Venezolano de Los Seguros Sociales*" - Deputado Relator: Miguel Queiroz (PSD);
6. Admissibilidade da **Petição n.º 568/X/4.ª** - "Pela permanência da Direcção Regional de Economia do Centro em Coimbra" e designação de Deputado Relator (PS);
7. Apreciação de relatórios de audiências concedidas a:
  - Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite;
  - Associação Portuguesa de Técnicos de Prevenção e Segurança (APTPS);
8. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
  - **Projecto de Lei n.º 755/X (PCP)** - "Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho - Lay off - reforçando os direitos dos trabalhadores" (PS);
  - **Proposta de Lei n.º 268/X (GOV)** - "Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril" (PSD);



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Projecto de Lei n.º 762/X (PCP)** - "Reforça a protecção social em situação de desemprego" (PS);
- **Projecto de Lei n.º 767/X (BE)** - "Dignifica a atribuição das pensões e de outras prestações sociais" (PS);
- **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - "Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social" (PSD);

9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a Acta número noventa e dois, que foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 693/X (BE) – Procede à criação de benefícios adicionais de saúde para os pensionistas, desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP.

No ponto três da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Relatório da Participação de Portugal na União Europeia Projecto em 2008, enfatizando a parte relativa à Estratégia de Lisboa. Concluiu referindo que o Relatório descreve exaustivamente a abordagem europeia assumida em 2008 relativamente às diversas temáticas abrangidas por políticas europeias para os assuntos sociais que incluem, nomeadamente, o trabalho e emprego, a igualdade e inclusão sociais, e o combate à pobreza e às discriminações sociais, bem como salientou a tendencial convergência das orientações políticas nacionais com a orientação política de âmbito europeu nas diversas matérias. No que concerne ao balanço do contencioso comunitário, referiu a pendência de cinco processos relacionados com as áreas de competência da 11.ª Comissão e que a informação disponibilizada, a propósito da adaptação de legislação comunitária, justifica um apelo ao acompanhamento atento dos prazos de transposição. De seguida, não havendo qualquer inscrição para intervir, foi o presente parecer submetido à votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) solicitou a palavra



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

para uma breve nota final, onde sublinhou a colaboração dos serviços de apoio da Comissão, aproveitando para manifestar o seu apreço.

Os pontos quatro e cinco da Ordem de Trabalhos foram adiados para o final da reunião, por solicitação do Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), dado que se encontrava atrasado para a reunião por motivos que lhe eram alheios.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos foi admitida, nos termos propostos na Nota de Admissibilidade, a Petição n.º 568/X/4.<sup>a</sup> (Pela permanência da Direcção Regional de Economia do Centro em Coimbra). O Grupo Parlamentar do PS indicou como Relator, o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS).

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho das Audiências, apresentou os relatórios das audiências concedidas à Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite e à Associação Portuguesa de Técnicos de Prevenção e Segurança (APTPS).

No oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, foram designados, pelos respectivos Grupos Parlamentares, o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) para elaborar parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 755/X (PCP), que altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho (Lay off) reforçando os direitos dos trabalhadores"; o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) para elaborar parecer relativo à Proposta de Lei n.º 268/X (GOV), que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril; o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) para elaborar parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 762/X (PCP), que reforça a protecção social em situação de desemprego; a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) para elaborar parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 767/X (BE), que dignifica a atribuição das pensões e de outras prestações sociais; e o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) para elaborar parecer relativo à Proposta de Lei n.º 270/X (GOV), que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

No ponto nove da Ordem de Trabalhos, dado que a Proposta de Lei n.º 255/X (ALRAM) se encontra agendada para votação na generalidade, em plenário, nessa semana, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou de forma sucinta o respectivo. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP.

Ainda no âmbito deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão informou que, no seguimento, do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social poderá vir à Comissão exclusivamente para debater o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social (adiante designado abreviadamente Código Contributivo), no dia 20 de Maio de 2009, pelas 9h30. Contudo, o Senhor Presidente deu conta que nesse dia se encontrava, previamente, agendada a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, também de manhã.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que esta audição se prende com o acordado pela Comissão no seguimento do requerimento do PSD e que a anterior audição com o Senhor Ministro do Trabalho se encontrava previamente agendada para dia 19 de Maio, pelo que o Senhor Ministro virá à Comissão em dois dias consecutivos. O Grupo Parlamentar do PS não vê inconveniente nestas duas audições consecutivas, mas também se pode colocar a hipótese do Senhor Ministro responder às questões gerais e relativas ao Código Contributivo no dia 19 ou então, acordar-se com o Ministro de Estado e das Finanças, que as matérias relativas à administração pública sejam abordadas no final da audição, permitindo assim compatibilizar as duas audições na mesma manhã.

O Senhor Presidente da Comissão aproveitou o momento para esclarecer que a vinda do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade no dia 19 é ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2 do regimento da Assembleia da República, enquanto que no dia 20 de Maio, se prende com o requerimento do PSD sobre o Código Contributivo.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) solicitou a palavra para referir que o processo de discussão e votação na especialidade do Código Contributivo não vai decorrer da mesma forma que o Código do Trabalho. Aliás, enfatizou esta ideia referindo que o PSD não irá permitir que a discussão seja ligeira e feita apressadamente. Se tal acontecer, o Grupo Parlamentar do PSD irá denunciar em todos os fóruns esta situação, de forma reiterada. No que diz respeito à vinda do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade, começou por lembrar o tempo que decorreu desde a apresentação do requerimento e a disponibilidade para este se deslocar à Comissão, de seguida referiu que o PSD se opõe



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

frontalmente à vinda em uma única vez e referiu que o Senhor Ministro deverá vir uma vez nos termos regimentais e outra em consequência do requerimento do seu Grupo Parlamentar, dado existirem muitas questões que importa colocar ao Senhor Ministro para lá do Código.

Acrescentou ainda, que não considera adequado, que venha em duas datas consecutivas, por um lado, porque não ficará claro a razão porque vem e as duas audições terão tendência a confundir-se, por outro lado, porque a audição a realizar-se na quarta-feira de manhã tem hora para terminar devido à audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, o que dificilmente permitirá a discussão aprofundada que o tema exige.

Antes de concluir, reforçou a ideia de que o PSD não será conivente com um processo semelhante ao que ocorreu com o Código do Trabalho, que foi discutido apressadamente e “em cima do joelho”.

O Senhor Presidente da Comissão tomou a palavra para repudiar veementemente o entendimento expresso pelo Senhor Deputado em relação à discussão e votação na especialidade do Código do Trabalho. Referiu que, da mesma forma como o fez num jornal, responderá, sempre que se suscitar a questão, reafirmando que o processo e as datas foram consensualizadas com todos os Grupos Parlamentares e que ninguém se opôs na altura. Lembrou ainda que, sempre que foi solicitado, as reuniões foram suspensas ou terminadas, tendo sido reagendadas para o dia seguinte ou para outra data. Finalmente, afirmou, que na qualidade de presidente da Comissão não deixará que, por ser ano de eleições, se distorça a verdade com fins eleitoralistas.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) concordou que as datas foram agendadas consensualmente graças ao PSD e ao Sr. Presidente, no entanto, tal não impede que se qualifique o processo de votação e discussão na especialidade do Código do Trabalho de apressado e feito “em cima do joelho”. A este propósito recordou que a votação de mais de quinhentos e cinquenta artigos decorreu numa semana. Em relação à referência às eleições, que decorrem este ano, o Senhor Deputado questionou se esta seria a melhor altura para aprovar o Código Contributivo, precisamente por estarmos em vésperas de eleições.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) pediu a palavra para explicitar que a sua intervenção anterior era no sentido de que o PS concorda que o Senhor Ministro do



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho e da Solidariedade Social se desloque à Comissão para trabalhar com os deputados o Código Contributivo, quantas vezes forem necessárias.

Aproveitou para referir que, para o Grupo Parlamentar do PS não existem diplomas de primeira e diplomas de segunda, o que explica, por exemplo, a atenção dada aos diplomas do Bloco de Esquerda sobre a protecção social em situações de doença de Parkinson ou Alzheimer. Enfatizou ainda que a pressão sobre os deputados é constante e não diz respeito a um ou outro diploma, existe sempre. Acrescentou ainda que o PSD, se assim o entender, pode recorrer aos jornais, a conferências de imprensa, etc, mas o Código será discutido com o Senhor Ministro e será discutido nesta Comissão.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) solicitou a palavra para sugerir que o Senhor Ministro poderia vir discutir o Código Contributivo na semana seguinte, mais precisamente no dia 26 de Maio, com a vantagem de não existir uma pressão de tempo para o final da reunião, permitindo-se assim aos membros da Comissão puderem estar presentes na audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

O Senhor Presidente da Comissão colocou esta sugestão à consideração da Comissão. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o seu Grupo Parlamentar não tem nada a opor. No mesmo sentido pronunciou-se a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE).

O Senhor Presidente da Comissão comprometeu-se em diligenciar junto do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que a audição sobre o Código Contributivo possa decorrer no próximo dia 26, da parte da tarde.

De seguida foi retomado o quarto ponto da Ordem de Trabalhos. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) procedeu à apresentação de forma sucinta do Relatório Final da Petição n.º 397/X/3.<sup>a</sup>, propondo que esta seja arquivada, dando-se conhecimento à peticionária, e que seja remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto quinto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) apresentou o Relatório Final da Petição n.º 550/X/4.<sup>a</sup> concluindo que esta deve ser dada a conhecer aos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho e da Solidariedade Social, para promoverem as diligências necessárias e convenientes para que



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

haja cabal conhecimento da situação real do peticionário e, bem assim, dos seus direitos, que uma vez reconhecidos devem ser exercidos e deve, para tal, ser remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

Antes da votação, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra para referir que o Grupo Parlamentar do PCP já tinha conhecimento da situação, o que aliás levou a que fosse questionado o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Tendo em atenção os factos, defendeu que a Comissão continuasse a insistir junto do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, para que esta situação fosse resolvida.

O Senhor Deputado Pedro Quartim Graça (PSD) referiu de que se poderia alertar o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para que respondesse na próxima terça-feira a esta questão.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) considerou que nas conclusões da petição já se encontra previsto que as entidades competentes promovam as diligências consideradas adequadas, parecendo ser este o melhor caminho, pelo que solicitou que o relatório fosse votado. O qual foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

Antes de terminar a reunião, a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) pediu a palavra por causa do diploma relativo aos acidentes de trabalho. Atendendo aos diversos argumentos apresentados em sede de Grupo de Trabalho, considerou-se que o melhor caminho seria a apresentação de um novo projecto de lei sobre a matéria.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que a retirada da Proposta de Lei n.º 88/X e a apresentação de um novo projecto de lei sobre os acidentes de trabalho é uma decisão, que não se pode deixar, de saudar.

O Senhor Presidente da Comissão colocou então à consideração dos presentes a extinção do Grupo de Trabalho constituído para o efeito, o que foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, à margem da reunião, importa registar que no dia 5 de Maio de 2009 foram designados, pelos respectivos Grupos Parlamentares, os seguintes Deputados autores de parecer: Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) para o Projecto de Lei n.º 689/X (PCP);



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Senhora Deputada Maria de Lurdes Ruivo (PS) para o Projecto de Lei n.º 744/X (CDS-PP);  
e o Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) para a Proposta de Lei n.º 263/X (GOV).

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de Maio de 2009.

**O PRESIDENTE,**

**Alberto Arons de Carvalho**



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho  
Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Isabel Santos  
Jorge Machado  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Miguel Santos  
Pedro Quartin Graça

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Isabel Coutinho  
Jorge Strecht

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Oliveira  
Pedro Mota Soares